



LEI Nº. 1.226/2016, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE A DOAÇÃO COM ENCARGOS, DE ÁREAS DE TERRAS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE TARUMÃ, A EMPRESA G. C. DE S. OLIVEIRA ME, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JAIRO DA COSTA E SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE TARUMÃ, DO ESTADO DE SÃO PAULO.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Tarumã, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:



Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a doação com encargos, pelo prazo de 5 (cinco) anos, à empresa **G. C. DE S. OLIVEIRA ME**, com ramo de atividade de Instalação e manutenção elétrica, obras de montagem industrial, comércio varejista de material elétrico, aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais, sem operador, com sede na Avenida Rua Rouxinol, 180, Vila dos Pássaros, na cidade de Tarumã, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o n.º 12.122.561/0001-42, Inscrição Estadual – IE n.º 731.004.644.110 e Inscrição Municipal n.º 1854, nos termos da Lei Municipal n. 519, de 27 de Novembro de 2002, constante de uma área de terras com 1.082,62 m² (um mil oitenta e dois metros e sessenta e dois centímetros quadrados), localizado no Distrito Industrial, caracterizada como sendo **Lotes 15 e 16, Quadra 2566, do Setor 07**, devidamente matriculado sob o n. 43.997, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Assis, Estado de São Paulo, com a finalidade de instalação e implantação da sede da empresa, conforme Memorial Descritivo e Croqui de Localização, que ficam fazendo parte integrante desta Lei, devidamente assinado e rubricado pelo titular da Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Serviços – SEMPLoS, assim descrita:

DESCRIÇÃO DOS LOTES 15 e 16 QUADRA 256, SETOR 7

LOTE 15 – QUADRA 256

“Um lote de terreno de forma regular, situado à Rua Copaiba (08), no Distrito Industrial, no Município de Tarumã, da Comarca de Assis, distante 14,50m (quatorze metros e cinquenta centímetros) da Rua Mangabeira (04) com as seguintes medidas e confrontações: Na frente confrontando com a Rua Copaiba (08), na extensão de 10,00m (dez metros); do lado esquerdo do observador que da Rua Copaiba (08) olha de frente para o terreno, confronta com o lote n.º 16 (dezesseis) na extensão de 50,00m (cinquenta metros); do lado direito seguindo as mesmas orientações, confronta com o lote n.º 14 (quatorze) na extensão de 50,00m (cinquenta metros) e finalmente nos fundos confronta com lote n.º 31 (trinta e um), na extensão de 10,00m (dez metros), encerrando a área total de 500,00m² (quinhentos metros quadrados). Devidamente cadastrado na Prefeitura Municipal de Tarumã, como sendo Setor 07, lote n.º 15, da quadra 256.”

LOTE 16 – QUADRA 256

Um lote de terreno de forma irregular, situado na esquina da Rua Copaiba (08) com a Rua Mangabeira (04), no Distrito Industrial, no Município de Tarumã, da Comarca de Assis, com as





seguintes medidas e confrontações: Na frente confrontando com a Rua Copaiba (08), na extensão de 3,00m (três metros) lineares e um arco de 14,14m (quatorze metros e quatorze centímetros); do lado esquerdo do observador que da Rua Copaiba (08) olha de frente para o terreno, confronta com a Rua Mangabeira (04) na extensão de 41,00m (quarenta e um metros); do lado direito seguindo as mesmas orientações, confronta com o lote nº 15 (quinze) na extensão de 50,00m (cinquenta metros) e finalmente nos fundos confronta com lote nº 32 (trinta e dois), na extensão de 12,00m (doze metros), encerrando a área total de 582,62m² (quinhentos e oitenta e dois metros e sessenta e dois centímetros quadrados). Devidamente cadastrado na Prefeitura Municipal de Tarumã, como sendo Setor 07, lote nº 16, da quadra 256.

DESCRIÇÃO DOS LOTES UNIFICADOS LOTES 15 e 16 DA QUADRA 256

“Um lote de terreno de forma irregular, situado à Rua Copaiba (08), no Distrito Industrial, no Município de Tarumã, da Comarca de Assis, na esquina da Rua Copaiba (08) com a Rua Mangabeira (04) com as seguintes medidas e confrontações: Na frente confrontando com a Rua Copaiba (08), na extensão de 13,00m (Treze metros) e um arco de 14,14m (quatorze metros e quatorze centímetros); do lado esquerdo do observador que da Rua Copaiba (08) olha de frente para o terreno, confrontando com a Rua Mangabeira (04) na extensão de 41,00m (quarenta e um metros); do lado direito seguindo as mesmas orientações, confronta com o lote nº14 (quatorze) em 50,00m (cinquenta metros) e finalmente nos fundos confronta com os Lotes 31 (trinta e um) e 32 (trinta e dois), a extensão de 22,00m (vinte e dois metros) encerrando a área total de 1082,62m² (mil e oitenta e dois metros e sessenta e dois centímetros quadrados). Devidamente cadastrado na Prefeitura Municipal de Tarumã, como sendo Setor 07, lote nº 15 da quadra 256.”

Parágrafo Único – O imóvel descrito no “caput” deste artigo, consta no Desenho, Memorial Descritivo e Croqui de Localização, elaborados pela Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Serviços – SEMPLOS.

Art. 2º - A presente doação com encargos, à empresa **G. C. DE S. OLIVEIRA ME**, tem como finalidade a instalação e implantação da sua sede, conforme consta dos autos do Processo PROIDE n. 008/001/2016.

Art. 3º - A presente doação com encargos será transformada após o prazo estipulado no artigo 1º, desta Lei, com a outorga em definitivo da escritura pública, desde que cumpridas todas as exigências constantes da Lei Municipal n. 519/2002, de 27 de Novembro de 2002.

Art. 4º - O prazo para início das instalações da empresa será de 4 (quatro) meses, contados da data da cessão em comodato, nos termos do artigo 6º, da Lei Municipal n. 519/2002, de 27 de Novembro de 2002.

Art. 5º - O prazo, para início operacional das atividades, será de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da doação com encargos, nos termos do artigo 7º, da Lei Municipal n. 519/2002, de 27 de Novembro de 2002.

Art. 6º - O não cumprimento das obrigações assumidas, determinará o cancelamento da presente cessão, bem como a reversão do imóvel ao patrimônio municipal, com todas as benfeitorias nele existentes, sem direito a qualquer indenização, independentemente de



interpelação e/ou notificação judicial ou extra-judicial, nos termos do artigo 8º, da Lei Municipal n. 519/2002, de 27 de Novembro de 2002.

Parágrafo Único – A reversão dar-se-á, ainda, nas mesmas condições previstas no “caput”, deste artigo, se a empresa comodatária:

- I – deixar caducar os prazos previstos nos artigos 4º e 5º;
- II – alienar o imóvel ou desviar a finalidade do Projeto original, mesmo que parcialmente, sem anuência da Prefeitura e Câmara Municipal de Tarumã;
- III – deixar a empresa ociosa, pelo período de um ano;
- IV – subdividir a área, dando à mesma outra destinação;
- V – deixar área igual ou superior a 40% (quarenta por cento) de seu total sem a edificação e/ou ociosa, hipótese em que a reversão se dará parcialmente.

Art. 7º - Fica a empresa obrigada ao cumprimento dos dispositivos da Lei n. 519/2002, de 27 de Novembro de 2002, e das demais legislações pertinentes e aplicáveis à espécie, adequando-se àquelas, decorrentes de proteção ao meio ambiente.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua Publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal “Waldemar Schwarz”, em 26 de Dezembro de 2016, 26º. Ano da Emancipação Política e 24º. Ano da Instalação.

Jairo da Costa e Silva
PREFEITO MUNICIPAL

Rogério Silveira Lima
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO E
ASSUNTOS JURIDICOS

Publicada na Secretaria Municipal da Administração e Assuntos Jurídicos, em 26 de Dezembro de 2016.

Rogério Silveira Lima
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO E
ASSUNTOS JURIDICOS